

218
8



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo nos autos da Apelação Cível nº 297037-6

Agravante: Janaína Maria do Nascimento

Advogado: Marcos Antônio Inácio da Silva

Agravado: Município da Ilha de Itamaracá

Procurador: Francisco Bizerra Rufino

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. DEFERIMENTO DE JUSTIÇA GRATUITA. RECURSO DE AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa proferida nos autos da Apelação Cível nº 297030-7, que, com base no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao recurso, mantendo-se a sentença fustigada em todos os seus termos, a qual nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0000639-04.2012.8.17.0760, declarou prescritos, com fulcro no art. 269, IV, do CPC, as verbas trabalhistas anteriores a 14/10/2005, e, com fundamento no art. 269, I, do CPC, julgou improcedente o pleito exordial.

2. O adicional de insalubridade consiste em retribuição pecuniária de caráter transitório recebido pelas condições anormais em que se realiza o trabalho (*pro labore faciendo*), sendo pago com o vencimento. No entanto, prescinde de autorização legal e demonstração de prova constitutiva do direito perseguido.

3. Com efeito, no caso específico não se pode fazer uso da analogia, do costume e dos princípios gerais do direito, necessariamente teria que haver lei municipal dizente do direito da autora, pois o serviço público é sempre regido pelo princípio da legalidade, sendo certo que para haver pagamento de qualquer adicional salarial, faz-se mister previsão legal. Precedentes.

4. Justiça Gratuita deferida nos moldes da Lei nº 1.060/50, pelo que a sentença deve ser modificada

219
8



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

apenas para fazer constar a suspensividade prevista no art. 12 da referida lei.

5. Recurso de Agravo parcialmente provido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido o presente Recurso de Agravo nos autos da Apelação Cível nº 297037-6, acima descrito, em sessão realizada no dia 27/03/2013, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao presente recurso, nos termos do Relatório e do Voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 27/03/2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo nos autos da Apelação Cível nº 297037-6

Agravante: Janaína Maria do Nascimento

Advogado: Marcos Antônio Inácio da Silva

Agravado: Município da Ilha de Itamaracá

Procurador: Francisco Bizerra Rufino

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa proferida nos autos da Apelação Cível nº 297030-7, que, com base no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao recurso, mantendo-se a sentença fustigada em todos os seus termos, a qual nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0000642-56.2012.8.17.0760, declarou prescritos, com fulcro no art. 269, IV, do CPC, as verbas trabalhistas anteriores a 14/10/2005, e, com fundamento no art. 269, I, do CPC, julgou improcedente o pleito exordial.

Em suas razões de fls. 204/210, em síntese, a agravante defende seu direito ao recebimento do adicional de insalubridade, aduzindo que deve ser utilizado como parâmetro a legislação federal, em especial a Norma Regulamentadora nº 15, em seu Anexo 14, da Portaria 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Achando por bem não exercer o juízo de retratação, apresento nesta oportunidade o recurso de agravo para julgamento perante esta Segunda Câmara de Direito Público.

É o relatório.

Recife, 27 de 03 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



221
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo nos autos da Apelação Cível nº 297037-6

Agravante: Janaína Maria do Nascimento

Advogado: Marcos Antônio Inácio da Silva

Agravado: Município da Ilha de Itamaracá

Procurador: Francisco Bizerra Rufino

VOTO

Analizando os argumentos apresentados pela agravante no presente recurso, não os tenho como suficientes a ponto de modificar a ótica de apreciação do apelo em apenso, devendo, por conseguinte, a decisão hostilizada ser mantida pelos seus próprios fundamentos.

A priori, evidencia-se que a recorrente aduz razões dissociadas da decisão vergastada, vez que em momento algum esta Corte de Justiça reconheceu a nulidade do contrato temporário objeto da demanda. Assim, devem ser afastadas da presente apreciação as referidas razões recursais.

No que diz respeito ao adicional de insalubridade, a própria recorrente reconhece inexistir no âmbito municipal Lei que ampare sua postulação. O adicional de insalubridade consiste em retribuição pecuniária de caráter transitório recebido pelas condições anormais em que se realiza o trabalho (*pro labore faciendo*), sendo pago com o vencimento. No entanto, prescinde de autorização legal e demonstração de prova constitutiva do direito perseguido.

Com efeito, no caso específico não se pode fazer uso da analogia, do costume e dos princípios gerais do direito, necessariamente teria que haver lei municipal dizente do direito da autora, pois o serviço público é sempre regido pelo princípio da legalidade, sendo certo que para haver pagamento de qualquer adicional salarial, faz-se mister previsão legal, o que inexistente no caso vertente.

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS. EXTENSÃO DE VANTAGENS PROPTER LABOREM. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA A CATEGORIA. SÚMULA 339/STF. 1. Não há direito líquido e certo à extensão de vantagens propter laborem se não há previsão legal específica e expressa dirigida à categoria, nem restou



222

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

demonstrado o preenchimento dos requisitos legais à sua concessão, não podendo o Poder Judiciário suprir a omissão legislativa, pena de indevida violação do princípio da separação dos poderes. 2. Agravo regimental improvido. (AgRg no RMS 31437/PE, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 30/11/2011)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. GRATIFICAÇÃO. PRÊMIO EDUCAR. LEI ESTADUAL 14.406/2008. EXTENSÃO DO BENEFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA ISONOMIA RESGUARDADOS. SÚMULA 339/STF. 1. Esta Corte firmou entendimento segundo o qual o Prêmio Educar destina-se apenas aos cargos elencados no art. 1º da Lei nº 14.406/2008, dentre os quais não consta o de consultor educacional. Por óbvio, não fere o princípio da legalidade a negativa da autoridade tida como coatora em estender a gratificação pleiteada pela recorrente, ao fundamento de inexistência de previsão legal. 2. Não se configura, na espécie, violação de direito líquido e certo praticado por autoridade administrativa, porquanto lhe cabe, tão-somente, cumprir o mandamento contido na lei. 3. Não cabe ao Judiciário, sob o fundamento de isonomia, aumentar vencimentos ou estender benefícios remuneratórios a servidor público, por tratar-se de incumbência reservada ao legislador. Incidência da Súmula 339/STF. Precedentes. 4. Recurso ordinário em mandado de segurança não provido. (RMS 32537/SC, Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 30/05/2011)

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. GRATIFICAÇÃO DE APOIO FAZENDÁRIO - GAF. LEI DISTRITAL 4.728/08. EXTENSÃO DO BENEFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 339/STF. 1. Integrantes da carreira de Apoio Técnico Fazendário impetraram mandado de segurança buscando a extensão da Gratificação de Apoio Fazendário - GAF, no percentual de 100% do maior padrão da carreira, instituída pela Lei Distrital 4.728/08 somente em favor daqueles que exercem a especialidade de Agente de Portaria. 2. A Administração Pública é regida pelo princípio da estrita legalidade, segundo o qual a atuação do administrador depende de autorização legal. Nos casos relativos a despesas públicas, a exemplo da concessão de aumento a servidores públicos, o espectro de atuação da entidade pública ainda encontra-se submetido aos princípios orçamentários, os quais impõem uma série de limitações, como a previsão dos gastos nas leis orçamentárias e o cumprimento dos percentuais contidos na lei de responsabilidade fiscal. 3. Tratando-se de gratificação legalmente concedida apenas a uma determinada especialidade, como os Agentes de Portaria, não há violação a direito líquido e certo praticado por autoridade administrativa, quando esta denega a extensão do benefício às demais categorias, porquanto compete-lhe tão-somente cumprir o mandamento contido na lei. 4. Não cabe ao



223
B

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Judiciário, sob o fundamento de isonomia, aumentar vencimentos ou estender benefícios remuneratórios a servidor público, por tratar-se de incumbência reservada ao legislador. Incidência da Súmula 339/STF. 5. Recurso ordinário em mandado de segurança não provido. (RMS 31759/DF, Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 19/08/2010)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. NÃO CABIMENTO. É DEVIDA A LIBERAÇÃO DAS GUIAS DO FGTS A SERVIDOR EFETIVADO CONSTITUCIONALMENTE. INTELIGÊNCIA DO ART. 6º DA LEI Nº 8.162/91. PRECEDENTE DA CORTE LOCAL DE JUSTIÇA. JUROS DE MORA FIXADOS NO PERCENTUAL DE SEIS POR CENTO AO ANO. REMESSA OFICIAL UNÂNIME E PARCIALMENTE PROVIDA. (Reexame Necessário nº 84283-9, Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 2ª Câmara de Direito Público, 14/06/2007)

Por fim, quanto ao perdido de Justiça Gratuita, defiro o mesmo nos moldes da Lei nº 1.060/50, pelo que a sentença deve ser modificada apenas para fazer constar a suspensividade prevista no art. 12 da referida lei.

Assim, voto pelo provimento parcial ao presente recurso de agravo, apenas para fazer constar na sentença recorrida a suspensividade prevista no artigo 12, da Lei nº 1.060/50.

É como voto.

Recife, 27 de 03 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator